

MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: EXPANSÃO, GESTÃO E EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Zizelda Lima Fernandes¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Luciana Canário Mendes²

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Clauber Teixeira da Silva³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Introdução

A militarização da escola pública não constitui somente uma política educacional, mas integra um movimento mais amplo de regres-

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora, com atuação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integra atividades do NEPE (UNEB) e do Museu Pedagógico (UESB). Sua trajetória articula escola e docência, com ênfase nas relações entre currículo, juventudes e políticas educacionais, considerando as dimensões sociais, culturais e políticas que atravessam os processos educativos. Endereço eletrônico: zizafernandes@yahoo.com.br

² Mestre e doutora em Memória: Linguagem e Sociedade, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB). Graduada em Pedagogia, especialista em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação. É docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XX – Brumado. Membro da Rede Nacional de Pesquisas sobre Militarização da Educação (RePME) e líder do grupo de pesquisa O Desmonte e a Resistência da Educação Pública no Norte de Minas Gerais (anos 2000-...) e as repercussões na formação docente, vinculado ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Endereço eletrônico: lmendes@uneb.br

³ Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB), especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), bacharel em Administração e licenciando em Matemática pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). É membro da Rede Nacional de Pesquisas e Estudos sobre Militarização da Educação (RePME) e do grupo de pesquisa O Desmonte e a Resistência da Educação Pública no Norte de Minas Gerais (anos 2000-...) e as repercussões na formação docente, vinculado ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Endereço eletrônico: clauberteixeira29@gmail.com

são democrática e de fortalecimento de racionalidades autoritárias. Nesse sentido, o avanço da militarização da educação pode ser compreendido como parte das múltiplas crises contemporâneas que colocam em risco a própria sobrevivência de sociedades democráticas, tema central deste livro coletivo. Tal militarização insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração do papel do Estado e das políticas sociais, fortemente influenciado pela articulação entre duas racionalidades contemporâneas: o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Embora possuam origens e fundamentos distintos, tais correntes convergem na produção de uma lógica educacional orientada pela eficiência gerencial, pela intensificação do controle institucional e pela moralização da vida social (Apple, 2003; Barroco, 2015; Laval, 2019).

No contexto educacional, o neoliberalismo se materializa por meio de processos de descentralização administrativa, da adoção de mecanismos de gestão inspirados no setor empresarial e da centralidade conferida a indicadores de desempenho, metas e critérios meritocráticos (Laval, 2019). Conforme analisa Ferris (1992), essa descentralização, frequentemente apresentada como estratégia de ampliação da autonomia e da eficiência, opera, na prática, como um mecanismo de fragmentação das responsabilidades públicas. A escola passa a ser tratada como uma unidade autônoma de gestão, porém desprovida dos recursos materiais, humanos e institucionais necessários para o cumprimento de sua função social.

Esse cenário favorece a inserção de novos atores no campo educacional – corporações militares, fundações empresariais e organizações religiosas – antes atribuídos exclusivamente ao Estado na formulação e implementação das políticas educacionais. Complementarmente, o neoconservadorismo atua como força moral e cultural que busca restaurar valores tradicionais, reforçar hierarquias sociais e regular comportamentos, reagindo às transformações sociais associadas à ampliação de direitos, à pluralização das identidades e ao fortalecimento das agendas democráticas (Barroco, 2011; 2015).

No âmbito da educação, essa racionalidade expressa-se na defesa de instituições escolares concebidas como espaços moralmente

“seguros”, rigidamente regulados e despolitizados, apresentados como resposta à suposta crise da educação pública. A articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo produz, assim, uma gramática política que desloca a interpretação da crise educacional das desigualdades estruturais para a responsabilização moral dos sujeitos e das instituições escolares (Torres, 2010).

No Brasil, esse processo, embora possua antecedentes em experiências estaduais, adquire maior visibilidade e abrangência a partir de 2019, com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM⁴). Ainda que revogado em 2023, o programa não representou a interrupção desse processo, que se mantém e se expande por meio de legislações estaduais, acordos de cooperação técnica e iniciativas municipais, consolidando-se como política educacional de caráter estrutural.

A produção acadêmica tem se dedicado a analisar esse fenômeno em suas múltiplas dimensões, destacando seus fundamentos, seus mecanismos institucionais e seus impactos sobre a educação democrática. Diversos estudos indicam que a militarização da escola pública integra um projeto político-ideológico marcado pela articulação entre conservadorismo moral, neoliberalismo econômico e autoritarismo, sustentando discursos de disciplinarização, controle social e padronização de corpos, comportamentos e saberes no interior da escola pública.

É nesse sentido que se insere o Colóquio Temático “A hipermilitarização da sociedade brasileira e a educação sob ataque”, que reuniu nove trabalhos dedicados à análise da militarização da educação em diferentes escalas e contextos regionais. Este capítulo tem, portanto, o objetivo examinar e sistematizar as contribuições apresentadas nesse espaço acadêmico, evidenciando seus fundamentos ideológicos, mecanismos de expansão e impactos sobre a educação pública orientada por princípios democráticos.

⁴ Instituído pelo Decreto nº 10.004 de setembro de 2019.

Análise e discussão dos dados

No plano ideológico, os trabalhos analisados situam a militarização das escolas públicas no interior do avanço do neoconservadorismo e do neoliberalismo na educação brasileira. Silva Júnior e Andrade (2024), ao examinarem a produção bibliográfica sobre o Movimento Escola Sem Partido (MESP) na ANPEd, demonstram como esse bloco hegemônico se articula desde os anos 1980 por meio de discursos de crise da educação, mobilizando moralismos difusos e estratégias de pânico moral para justificar reformas que fragilizam a igualdade, a diversidade e a autonomia pedagógica. Nesse sentido, a militarização das escolas configura-se como continuidade dessas estratégias conservadoras de disciplinarização dos corpos e de limitação da liberdade docente.

Ancorado em abordagem qualitativa, o estudo combina revisão sistemática de literatura e análise difrativa, examinando sete trabalhos apresentados em reuniões nacionais da ANPEd entre 2017 e 2021. Os resultados contribuem para a compreensão do MESP como fenômeno político-educacional articulado internacionalmente, cujas ações tensionam princípios democráticos e emancipatórios da educação, reforçando a necessidade de acompanhamento crítico e aprofundamento das investigações sobre suas implicações.

Lobo (2024) aprofunda essa interpretação ao compreender as escolas cívico-militares como expressão de um projeto neoliberal revestido de conservadorismo disciplinador, no qual a educação deixa de ser espaço de pluralidade para tornar-se mecanismo de controle social e ajuste à lógica do mercado. O trabalho “Escola civil-militar - o conservadorismo para o neoliberalismo” parte do pressuposto de que as ECIM integram um projeto político-econômico mais amplo, no qual o conservadorismo atua como forma de gestão social funcional às exigências do neoliberalismo.

Fundamentado em abordagem bibliográfica e análise dialética, o autor mobiliza referenciais teóricos sobre conservadorismo, liberalismo, neoliberalismo e crise do capitalismo, bem como

documentos oficiais e informações disponíveis em *sites* de órgãos públicos responsáveis pela implantação das ECIM.

Segundo Lobo (2024), longe de constituírem uma política educacional voltada à democratização do ensino, as ECIM cumprem uma função econômica e social alinhada à lógica neoliberal, ao naturalizar a desigualdade, transferir ao campo educacional a gestão dos conflitos sociais e esvaziar o papel emancipatório da escola pública. Conclui-se que as Escolas Cívico-Militares expressam a convergência entre conservadorismo moral e neoliberalismo econômico, tensionando os princípios de uma educação democrática, crítica e socialmente referenciada.

A literatura também demonstra a expansão territorial dessa política. Miyake (2024), no texto “Geografia da expansão da política de militarização: do Programa Nacional das Escolas-Cívico Militares ao Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná”, confirma que, embora iniciativas de militarização já existissem em estados como Goiás, o PECIM inaugura um modelo federal de padronização, cujos documentos oficiais replicam narrativas idênticas em diferentes contextos. O caso do Paraná, com o Programa Colégios Cívico-Militares (Lei n.º 20.338/2020), é paradigmático: criado após o PECIM, reproduz seus fundamentos, levando a uma queda significativa de matrículas no EJA e no noturno, apontando para processos de exclusão educacional e elitização do público atendido.

Ancorada no campo da Geografia da Educação e no referencial crítico das políticas educacionais, a análise concebe a militarização escolar não como um evento isolado, mas como uma política estruturante, articulada às diretrizes do neoliberalismo e da chamada Nova Gestão Pública. Nesse sentido, a militarização é interpretada como estratégia de reorganização do espaço educacional, marcada por mecanismos de controle, disciplinarização e gestão seletiva das desigualdades sociais. Destaca-se o rigor da pesquisa ao articular análise documental, sistematização de dados públicos e produção cartográfica. O uso de microdados do Censo Escolar, informações do INEP e bases oficiais estaduais, tratados com apoio de softwares estatísticos e de georreferenciamento, permite identificar padrões espaciais, institucionais e so-

cioeconômicos das escolas militarizadas. Essa abordagem sinaliza que a política de militarização opera de maneira territorialmente orientada e socialmente seletiva.

Ficou evidente a convergência entre o PECIM e o CCMPR, tanto no plano normativo quanto discursivo. Os documentos oficiais que sustentam essas políticas mobilizam narrativas semelhantes, centradas em noções de “gestão de qualidade”, “acesso” e “permanência”. No entanto, a análise empírica aponta profundas contradições entre o discurso institucional e os efeitos concretos da política.

Por meio de uma investigação estadual, Silva, Martiarena e Gamba (2024) mostram que, no Rio Grande do Sul, o modelo se manteve mesmo após a revogação do PECIM, sendo incorporado à legislação local e revelando seu vínculo estreito com agendas conservadoras e de controle das camadas populares. No trabalho intitulado “Conservadorismo e educação: escolas cívico-militares no Rio Grande do Sul”, os autores analisam o avanço do conservadorismo na educação pública brasileira a partir da implantação e da continuidade das escolas cívico-militares no estado do Rio Grande do Sul, mesmo após a extinção do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2023.

Os autores estão vinculados ao Grupo de Pesquisas Educação, Trabalho e Cidadania do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e dialogam com o projeto Memória do Desmonte e da Resistência à Militarização das Escolas Públicas. Os autores adotam abordagem qualitativa, fundamentada em revisão teórica sobre conservadorismo, autoritarismo e criminalização das infâncias populares, bem como em análise documental de notícias veiculadas em sites oficiais e de documentos institucionais, considerando critérios de intencionalidade, posição e materialidade das fontes.

Os resultados indicam a fragilidade da transparência pública acerca do programa na esfera da Secretaria Estadual de Educação, contrastando com a clareza das informações fornecidas pela Assembleia Legislativa do estado, que aponta a permanência e ampliação do modelo cívico-militar ao nível estadual e municipal. A análise aponta que

a militarização da escola pública incide prioritariamente sobre comunidades em situação de vulnerabilidade social, reforçando práticas de disciplinarização, controle e estigmatização das infâncias populares.

No contexto baiano, Silva, Magalhães e Mendes (2024) demonstram que o processo de militarização antecedeu o PECIM, com a assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica n.º 02/2018, que institucionalizou a gestão compartilhada entre diretores escolares e a Polícia Militar. Tais constatações estão presentes no texto “O acordo de cooperação técnica entre a Polícia Militar da Bahia (PMBA) e as instituições escolares: aproximações acerca da gestão compartilhada”, em que os autores asseguram que tal arranjo confronta diretamente o princípio da gestão democrática da educação, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), ao limitar a autonomia pedagógica e a liberdade de expressão de professores e estudantes.

A crítica central aponta para a contradição entre democracia e autoritarismo, reforçada pelo conceito de “hipermilitarização”, que evidencia a expansão dos valores castrenses para além dos quartéis e sua incorporação cotidiana na sociedade. Metodologicamente, os autores utilizaram uma abordagem histórico-documental e bibliográfica, analisando os documentos oficiais e confrontando-os com a legislação educacional e estudos críticos, o que lhes permitiu concluir que a militarização escolar ameaça transformar a escola em espaço de disciplinamento e controle social, em vez de promover emancipação e participação cidadã.

Mendes, Silva e Fernandes (2024) aprofundam essa análise ao investigar o processo de recrutamento e capacitação de gestores disciplinares no trabalho “A militarização de escolas públicas na Bahia: processo de recrutamento e capacitação de gestores disciplinares”. Comprovam que a seleção de policiais da reserva é majoritariamente informal, baseada em convites pessoais e referências, em descompasso com os princípios de gestão democrática previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/1996.

O texto situa a militarização escolar em dois marcos: (a) Nacional: o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído em 2019 pelo governo federal e extinto em 2023; (b) Estadual: a iniciativa pioneira da Bahia em 2018, anterior ao PECIM, que firmou acordos de cooperação técnica para implementar o modelo dos Colégios da Polícia Militar em escolas municipais. Essa antecipação deixa claro que a militarização da escola pública não foi somente uma política nacional, mas também uma estratégia estadual, vinculada a discursos de segurança pública e disciplina, deslocando o eixo pedagógico para uma lógica de controle social.

A investigação utiliza uma abordagem histórico-documental e bibliográfica, analisando quatro documentos institucionais da Polícia Militar da Bahia (PMBA) entre 2018 e 2024: Termo de Acordo de Cooperação Técnica (TACT) nº 02/2018; Guia de Gestão do Modelo CPM (2022); Processo de Recrutamento e Seleção de Policiais Militares da Reserva (2023) e o Guia do processo de recrutamento e seleção do Modelo CPM (2024). Conclui afirmando que a militarização das escolas públicas na Bahia, embora justificada pelo discurso de melhoria da qualidade educacional, não possui respaldo legal e pedagógico. O modelo privilegia práticas de controle disciplinar e segurança pública em detrimento da formação cidadã e democrática.

Gomes (2024), ao estudar a Unidade Municipal de Ensino Dária Viana de Queiroz — localizada em Barra do Choça-BA, busca compreender as implicações da militarização da escola pública, especialmente no ensino de História. No texto “Batutas militares na educação: breves ponderações sobre a Unidade Municipal de Ensino conveniada Dária Viana de Queiroz”, o autor fundamenta-se em uma abordagem histórico-documental e empírica, apoiada no materialismo histórico como referencial teórico. As categorias de análise incluem luta de classes, ideologia, alienação e práxis. O *corpus* envolve: documentos oficiais (portarias e decretos), materiais didáticos (livros, planos de curso e de aula) e entrevistas e relatos de professores da instituição. O autor destaca a dinâmica estabelecida entre o seu objeto e contexto

histórico de avanço do conservadorismo e do anticientificismo, entendendo como se influenciam mútua e dialeticamente.

Oliveira e Sampaio (2024) apresentam as implicações da militarização na gestão escolar, professores e alunos no trabalho “Militarização nas escolas públicas: análise das perspectivas da gestão, professores e alunos do Colégio Municipal de Belo Campo-Ba”. Trata-se de uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental dos projetos político-pedagógicos da instituição e aplicação de entrevistas e questionários a gestores, docentes e estudantes do ensino fundamental. Os resultados indicam que a militarização contribuiu para o aumento do número de matrículas, melhoria da organização escolar e maior controle disciplinar.

A avaliação crítica aponta efeitos negativos, como restrições à liberdade de expressão, padronização de comportamentos e estética, pressão psicológica e evasão escolar de estudantes que não se adaptaram às normas impostas. Os autores concluem afirmando que, embora o modelo militarizado apresente avanços no que se refere à disciplina e à organização, ele suscita importantes questionamentos quanto à democracia escolar, à diversidade e ao direito à educação, apontando para a necessidade de um equilíbrio entre disciplina, participação democrática e formação humana integral.

Por fim, no texto “Militarização das escolas públicas: um mecanismo de manutenção do neoconservadorismo no Brasil”, Silva (2024) situa a militarização no interior de um projeto neoconservador mais amplo, que, ao longo da última década, se fortaleceu no Brasil. A autora demonstra que, em dez anos, o número de escolas militarizadas cresceu vinte e uma vezes, alcançando 816 unidades em 2023. A presença de militares na gestão escolar, nesse sentido, é interpretada como mecanismo de manutenção da ordem conservadora, que busca restringir a liberdade de pensamento, esvaziar a educação plural e consolidar valores morais e cívicos alinhados a uma lógica autoritária.

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, fundamentado no método materialista histórico-dialético, a partir da análise de produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais. Os

resultados revelam que a militarização das escolas integra uma agenda política mais ampla, alinhada a interesses conservadores e neoliberais, que tensiona direitos constitucionais, como a liberdade de expressão, a diversidade e a gestão democrática do ensino. A autora assegura que, esse modelo educacional contribui para o esvaziamento do papel social da escola pública enquanto espaço de formação crítica, reforçando mecanismos de controle social e ideológico, colocando em risco a democracia e o direito à educação pública, laica e plural.

Considerações finais

O conjunto das análises permite compreender a militarização da escola pública no Brasil como uma política educacional de caráter estrutural, articulada à convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Essa articulação redefine o papel do Estado na educação, deslocando responsabilidades públicas para arranjos institucionais que privilegiam a gestão por resultados, o controle disciplinar e a reorganização das práticas escolares a partir de racionalidades externas ao campo pedagógico.

Os autores (as) comprovam que o avanço da militarização não se limitou à vigência do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), mantendo-se e aprofundando-se por meio de legislações estaduais, acordos de cooperação técnica e iniciativas municipais. Tal continuidade indica que o PECIM integrou um movimento mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais, no qual a presença militar na gestão escolar assume centralidade como estratégia de ordenamento institucional e social.

Os efeitos desse modelo são recorrentes nos diferentes contextos analisados: restrição da liberdade de expressão, padronização estética e comportamental, fragilização da autonomia docente, esvaziamento da gestão democrática e aplicação socialmente seletiva sobre territórios e populações socialmente vulnerabilizadas. Esses efeitos tensionam princípios constitucionais fundamentais e comprometem a con-

cepção de educação pública como direito social, laico, plural e emancipatório.

Os estudos sistematizados contribuem para a qualificação do debate acadêmico sobre a militarização da escola pública, ao explicitar seus fundamentos ideológicos, seus mecanismos de expansão e seus desdobramentos institucionais. Ao mesmo tempo, reforçam a necessidade de análise crítica e de acompanhamento sistemático dessas políticas, considerando seus efeitos sobre a democracia, a gestão escolar e o papel social da escola pública no contexto contemporâneo.

Os estudos reunidos neste capítulo evidenciam que a militarização das escolas públicas brasileiras não pode ser compreendida como uma medida pontual, de caráter administrativo ou restrita ao campo pedagógico. Configura-se como uma política educacional estruturante, profundamente imbricada em um projeto ideológico que articula neoliberalismo, neoconservadorismo e autoritarismo, reconfigurando o papel social da escola pública e deslocando-a de um espaço de formação crítica, plural e democrática para um dispositivo de regulação social, disciplinarização dos corpos e gestão das desigualdades.

Referências

APPLE, Michael W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Neoconservadorismo e serviço social: notas para um debate*. São Paulo: Cortez, 2015.

FERRIS, James M. School decentralization: efficiency and equity considerations. *Public Administration Review*, v. 52, n. 3, p. 320–327, 1992.

GOMES, Heder Claudio Oliveira. Batutas militares na educação: breves ponderações sobre a Unidade Municipal de Ensino Conveniada Dária Viana de Queiroz. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1072–1076.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOBO, Alexandre. Escola civil-militar: o conservadorismo para o neoliberalismo. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1087–1091.

MENDES, Luciana Canário; SILVA, Clauber Teixeira da; FERNANDES, Zizelda Lima. A militarização de escolas públicas na Bahia: processo de recrutamento e capacitação de gestores disciplinares. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1066–1071.

MIYAKE, Rafaela Lucia. Geografia da expansão da política de militarização: do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares ao Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1092–1097.

OLIVEIRA, Alana Periquito de; SAMPAIO, Vilomar Sandes. Militarização nas escolas públicas: análise das perspectivas da gestão, professores e alunos do Colégio Municipal de Belo Campo-BA. In: XV COLÓQUIO NACIONAL E VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB, 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 2, p. 1098–1103. Disponível em: <https://anais2.uesb.br/index.php/cmp/article/view/862>. Acesso em: 06 out. 2026.

PERIQUITO, Alana Periquito de; SAMPAIO, Vilomar Sandes. Militarização nas escolas públicas: análise das perspectivas da gestão, professores e alunos do Colégio Municipal de Belo Campo-BA. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1098–1103.

SILVA, Clauber Teixeira da; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha;

MENDES, Luciana Canário. O acordo de cooperação técnica entre a Polícia Militar na Bahia (PMBA) e as instituições escolares: aproximações acerca da gestão compartilhada. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1109–1113.

SILVA, Denilson da; MARTIARENA, Maria Augusta; GAMBA, Vitória Ferreira. Conservadorismo e educação: escolas cívico-militares no Rio Grande do Sul. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1077–1081.

SILVA, Juliana Luciana da. Militarização das escolas públicas: um mecanismo de manutenção do neoconservadorismo no Brasil. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1104–1108.

SILVA JUNIOR, Osmiro de; ANDRADE, Maria Luíza Amaral de Jesus. Difração conservadora: notas sobre a produção bibliográfica do Escola Sem Partido na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2024, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2024. v. 1, p. 1082–1086.

TORRES, Rosa María. *Educação e neoliberalismo: os discursos da reforma educacional na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2010